

## ATA N.º 45/2015

### Reunião Extraordinária da Câmara Municipal de Benavente

Início: 9 horas e 50 minutos

Encerramento: 12 horas e 15 minutos

No dia vinte e três do mês de outubro de dois mil e quinze, em Benavente, no edifício dos Paços do Município e sala das reuniões da Câmara Municipal, onde se encontrava pelas nove horas e quarenta e cinco minutos, o senhor Carlos António Pinto Coutinho, presidente da Câmara Municipal de Benavente, reuniu a mesma, estando presentes os vereadores senhores:

Ana Carla Ferreira Gonçalves  
Augusto José Ferreira Marques  
Catarina Pinheiro Vale  
Domingos dos Santos  
Luís Semeano, em substituição de José Mateus Rocha  
Ricardo Alexandre Frade de Oliveira, em substituição de José Rodrigues da Avó

Pelo senhor presidente foi declarada aberta a reunião, às nove horas e cinquenta minutos, com a seguinte ordem do dia, antecipadamente remetida a todos os vereadores, nos termos nos termos do n.º 2 do art. 53.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro:

<b>Ordem</b>	<b>Assunto</b>	<b>Processo</b>	<b>Interessado</b>
1	<b>Divisão Municipal de Gestão Financeira</b> <b>Gestão e Controle do Plano e Orçamento</b> Bases para elaboração do Orçamento e das Grandes Opções do Plano para o ano de 2016		

Secretariou o chefe da Divisão Municipal de Gestão Financeira, Hermínio Nunes da Fonseca, coadjuvado por Anabela Rodrigues Gonçalves, coordenadora técnica.

#### **02- Divisão Municipal de Gestão Financeira**

##### **Gestão e Controle do Plano e do Orçamento**

##### **Ponto 1 – BASES PARA ELABORAÇÃO DO ORÇAMENTO E DAS GRANDES OPÇÕES DO PLANO PARA O ANO DE 2016**

**DISCUSSÃO/INTERVENÇÕES:** O SENHOR PRESIDENTE fez uma pequena introdução dos documentos apresentados, que resultam do trabalho desenvolvido ao longo das últimas três semanas, e que se traduziu no cálculo da Receita de acordo com as médias nos termos da lei.

Transmitiu que foi já realizada uma reunião com as Juntas de Freguesia do Município visando recolher opiniões, tendo ressaltado o objetivo da requalificação na envolvente do polivalente desportivo da Barrosa, bem como a colocação de relva sintética no campo de futebol de Santo Estêvão. Disse que indo ao encontro destas posições, assumiu priorizar trezentos mil euros para 2017 para concretização destes objetivos, sendo que não há possibilidade de aceder a fundos comunitários e, como tal tratar-se-á de intervenções a serem suportadas na totalidade pelo orçamento municipal.

Deu nota que na próxima terça-feira, dia vinte e sete, terá oportunidade de reunir com o Partido Socialista para cumprir o Estatuto da Oposição.

Propôs a realização duma nova reunião extraordinária do Executivo na próxima sexta-feira, dia 30, na qual será posta à apreciação e eventual aprovação da Câmara Municipal a proposta final do Orçamento e das Grandes Opções do Plano para 2016, bem como as propostas de taxas de IMI, de lançamento de derrama e de participação variável no IRS.

Deu início à análise do **ORÇAMENTO**, dando nota dum desequilíbrio de setenta mil euros entre a Receita e a Despesa.

No que concerne à **RECEITA**, considerou mais prudente manter o montante de quatro milhões e quinhentos mil euros no cálculo do **IMI** (Imposto Municipal sobre Imóveis), porque tendo tido oportunidade de questionar a Autoridade Tributária acerca do montante de seis milhões de euros por cobrar, para poder ter uma perceção se diz respeito a alguma receita que, eventualmente, a Câmara Municipal venha a receber ou se, pelo contrário, respeita a insolvência de empresas ou de famílias, foi-lhe transmitido que em nome do sigilo fiscal, não era possível prestar quaisquer esclarecimentos.

Deu nota da quebra muito acentuada da receita proveniente do **IMT** (Imposto Municipal sobre Transmissão Onerosa de Imóveis), realçando que, no entanto, com a aprovação da revisão do Plano Diretor Municipal, tem a expectativa de que essa situação se altere.

Explicitou que a verba de quinhentos e dezassete mil, quatrocentos e seis euros inscrita na classificação económica **0601010101 – Conservação e Reabilitação de Estradas Desclassificadas** inclui o montante do protocolo de desclassificação da Estrada Municipal 118-1, que nunca foi cumprido, e clarificou que as verbas inscritas nas classificações económicas da Administração Central e do Estado são as aprovadas para 2015, dado não haver ainda proposta de Orçamento de Estado para 2016.

Mencionou que o montante de duzentos e cinquenta mil euros inscrito na classificação económica relativa ao Instituto de Emprego e Formação Profissional diz respeito aos contratos de emprego/inserção.

Relativamente à verba de quatrocentos e quarenta mil euros de receita inscrita na classificação económica **07020902 – Resíduos Sólidos**, observou que à semelhança do ano passado, a Câmara Municipal vai ter que fazer uma atualização do respetivo tarifário, porquanto os encargos que a Autarquia tem que reportar para a ERSAR (Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos) traduzem-se no dobro daquele valor, impondo aquela entidade que os custos sejam completamente cobertos pelos proveitos num prazo de cinco anos, que termina em 2019.

No que diz respeito à classificação económica **09 – Venda de bens de investimento**, recordou que na última reunião do Executivo mencionou o facto de algumas famílias terem manifestado interesse em adquirir as suas habitações sociais, sendo que a estratégia da Câmara Municipal passa pela venda dessas habitações a custos

equilibrados, porquanto são habitações construídas há cerca de trinta a quarenta anos.

Observou que as **Transferências de capital** têm atualmente uma expressão muito diminuta.

Relativamente à **DESPESA**, realçou a rubrica **Aquisição de bens e serviços**, fazendo referência que no que respeita ao **Gasóleo**, vai ter lugar um concurso a ser desenvolvido no âmbito da Central de Compras da Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo, que terá o prazo de três anos e cujo valor base tem que ser inscrito, ainda que possa não corresponder às necessidades.

Acrescentou que o montante de duzentos e quarenta mil euros inscrito na rubrica do **Gás** corresponde ao valor contratado, sendo expetativa da Câmara Municipal poder reduzir os custos com o aquecimento dos Centros Escolares após a instalação do sistema de ar condicionado.

Quanto aos **Encargos das instalações**, e mais concretamente no que respeita ao consumo de água, referiu que a Câmara Municipal tem uma área imensa de jardins, estando a procurar outras soluções com a construção de furos de captação para tentar minimizar esse consumo.

Passando à análise das **GOP (Grandes Opções do Plano)**, e no que respeita ao **Ensino básico**, salientou a ampliação do Centro Escolar do Porto Alto, da Escola pré-primária da Vila das Areias, em Benavente, e da Escola EB1 n.º 2 – Acácias, em Samora Correia e observou que embora esteja inscrita a verba de duzentos e cinquenta mil euros para cada uma dessas intervenções, crê que não será essa a repartição de encargos.

Explicitou que a verba de cinco mil euros inscrita no projeto **Iniciativas no âmbito das políticas municipais de juventude** prende-se com a publicação do Regulamento do Conselho Municipal de Juventude e a conseqüente posse desse mesmo Conselho Municipal, sendo certo que essa Ação não se esgota nesta rubrica, pretendendo-se envolver as escolas nestes projetos.

No que respeita à verba de cinco mil euros inscrita no projeto **Apoio à obra de consolidação estrutural da Igreja Matriz de Samora Correia**, recordou que a primeira fase da intervenção está concluída, devendo a segunda fase integrar candidatura ao Alentejo 2020, para comparticipação do FEDER (Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional), constituindo os encargos suportados pela Câmara Municipal a comparticipação para a componente nacional que resultar dessa candidatura.

Relativamente ao projeto **Festival do Arroz da Lezíria Ribatejana**, disse que está a ser desenvolvido um trabalho com diversos atores e com alguns agentes económicos, nomeadamente a ORIVÁRZEA e a BENAGRO, visando uma iniciativa de grande dimensão que possa contar com a colaboração financeira das entidades e que afirme a força do arroz enquanto produto, tendo a Câmara Municipal o objetivo de que, no primeiro ano de realização do festival e com a colaboração dos restaurantes, haja lugar à confeção de pratos de arroz, para além dos diversos expositores e da realização de atividades desportivas, como seja a segunda edição da Corrida do Arroz, e de um conjunto de *workshops* de âmbito cultural e temático.

Acrescentou que no âmbito do projeto turístico, irão ser elaborados vídeos promocionais do Município, de forma a poder potenciar a região noutras vertentes que considera importantes, um dos quais associado a filmagens das diversas festas no concelho, outro especializado na área da natureza, um terceiro na área das empresas e da internacionalização, associado às questões do PDM (Plano Diretor Municipal) e um último associado à qualidade de vida e à proximidade de Lisboa.

Aludiu ao facto de que esse trabalho será realizado por uma empresa da área do Município, que quer fazer uma mostra nacional da sua capacidade de trabalho.

Referiu que apesar do projeto **Requalificação/reparação do cruzeiro do Calvário e muralha do jardim do Calvário** estar inserido no PEDU (Planos Estratégicos de

Desenvolvimento Urbano), é uma questão que tem que ser tratada com urgência, dado apresentar fissuração e elevado índice de degradação.

Clarificou que o projeto **Aquisição de prédio urbano para instalação de serviços municipais** prende-se com a necessidade de encontrar um espaço para arquivo.

No que concerne ao programa **Rede Viária e Sinalização**, recordou que de acordo com o que a Câmara Municipal assumiu com as populações, estariam a ser feitas as bases das estradas. Contudo, face à ausência de mão-de-obra na sequência das aposentações que se têm verificado e da impossibilidade de novas admissões de pessoal, ter-se-á que recorrer à contratação de empreitadas.

Concluiu a análise das GOP, observando que, de momento, estão por definir três milhões, duzentos e trinta mil, trezentos e setenta euros, sendo que parte desse montante está integrado no PEDU que, a concretizar-se, necessitará de contrapartida nacional.

O SENHOR VEREADOR RICARDO ALEXANDRE FRADE DE OLIVEIRA, pedindo o uso da palavra, questionou se o valor não definido patente em determinadas rubricas, algumas das quais se constituem como certezas, como é o caso do transporte escolar ou do apoio aos bombeiros, está perfeitamente contemplado pela inclusão do saldo da gerência anterior depois da revisão do Orçamento em abril, acrescido da situação do PEDU, tendo o senhor presidente confirmado ser essa a expectativa.

O CHEFE DA DIVISÃO MUNICIPAL DE GESTÃO FINANCEIRA, DR. HERMÍNIO NUNES DA FONSECA, pedindo o uso da palavra, disse crer que o saldo da gerência anterior se situará nos dois milhões e duzentos mil euros e observou que de acordo com a previsão da Despesa disponibilizada aos senhores vereadores, o valor a definir referente à Despesa Corrente ficará em novecentos e trinta e nove mil euros, montante que, seguramente, será coberto pelo saldo, enquanto na questão do Investimento, haverá situações que terão a ver também com os fundos comunitários.

O SENHOR PRESIDENTE, retomando a palavra, mencionou que o Orçamento em apreço contempla algumas questões estratégicas que lhe parecem importantes para o futuro do Município, condicionadas também pelo PEDU, principalmente por intervenções que terão lugar nas ARU (Áreas de Regeneração Urbana), bem como pela eventual construção da ciclovia.

Referiu a preocupação de intervir em alguns equipamentos culturais e desportivos e realçou o crescente interesse dos mais jovens na área da formação do futebol, que crê que a Câmara Municipal deve potenciar, com a envolvência de todos.

Observou que a rede viária foi desenvolvida graças a um esforço significativo da Câmara Municipal, em alguns casos com recurso a fundos comunitários, carecendo, atualmente, de manutenção e face ao atual quadro, não sabe como é que as câmaras municipais irão ter condições económicas para poderem acautelar esta situação. No entanto, é seu entendimento que o Orçamento da Câmara Municipal deve disponibilizar todos os anos uma verba com alguma expressão para aquele fim.

O SENHOR VEREADOR RICARDO ALEXANDRE FRADE DE OLIVEIRA, pedindo o uso da palavra, disse que o IMI é um assunto muito importante e do qual depende grande parte da receita da Câmara Municipal.

Perguntou se o senhor presidente equaciona alguma medida nas atuais taxas do IMI, independentemente da medida de bonificação para as famílias com dependentes na redução daquele imposto e sendo certo que o senhor presidente aguarda dados da Autoridade Tributária, não há certeza que esses dados cheguem a tempo da próxima reunião extraordinária do Executivo.

O SENHOR PRESIDENTE disse que concordaria com a medida de bonificação para as famílias com dependentes, associada a uma intervenção do Governo, fosse ele qual fosse, que estimulasse a natalidade. Contudo, no caso concreto do Município de Benavente, estariam em causa duas mil e trezentas famílias, envolvendo uma diminuição anual média de cerca de trinta euros, montante que não considera muito representativo, quando, a título de exemplo, o abono de família que foi retirado num único equivale àquela medida, razão pela qual a considera pura demagogia.

Transmitiu que tem a expectativa de poder apresentar na próxima sexta-feira uma proposta de redução do IMI na generalidade em uma ou duas décimas percentuais. Contudo, resta-lhe a dúvida acerca de qual a percentagem de contribuintes que serão abrangidos pela redução da isenção para quem possui prédios até sessenta e seis mil euros na área do Município e, necessariamente, o impacto na quebra da receita.

O SENHOR VEREADOR RICARDO ALEXANDRE FRADE DE OLIVEIRA disse haver uma divergência que diz respeito à medida da redução do IMI, tendo o senhor presidente habilmente feito as contas de outra forma.

Considerou importante destacar que face à emergência que o País atravessou, foram efetivamente necessárias medidas que faziam parte, inclusivamente, dum memorando e dum resgate financeiro, tendo a decisão de retirar o abono de família sido tomada a bem dessa situação. Mas está também assumido tratar-se duma medida temporária, prevendo-se, até, que a situação possa sofrer alguma alteração a partir do próximo ano.

Acrescentou que isso não pode levar a dizer que outras medidas não deverão ser tomadas e dar um pouco a volta aos números, quando, de facto, o Governo aprovou esta legislação, que dá a hipótese às câmaras municipais, ainda que pouco, de beneficiar as famílias.

Pensa que são muitas as câmaras municipais que já decidiram adotar aquela medida e, pegando nas palavras do senhor presidente, ainda que no Município de Benavente não seja muito representativa e corresponda a um valor diminuto, seria um sinal político que a Autarquia poderia dar à população em geral de que quando há uma medida que permite aliviar a carga fiscal, a Câmara Municipal está do seu lado. No entanto, a maioria que o senhor presidente dirige é que sabe se o quer fazer.

Sendo certo que o senhor presidente referiu que tem a expectativa de poder baixar as taxas na generalidade em uma ou duas décimas percentuais, tal requerer também uma análise do PSD (Partido Social Democrata) que, por sua vez, está dependente da avaliação do senhor presidente aos dados da Autoridade Tributária.

O SENHOR PRESIDENTE afirmou que a questão foi abordada na Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo, sendo que todos os presidentes de câmara foram unânimes em considerar que se trata duma medida demagógica, embora alguns a tenham aplicado imediatamente, considerando que os efeitos da redução eram pouco significativos.

O SENHOR VEREADOR RICARDO ALEXANDRE FRADE DE OLIVEIRA observou que a avaliação política do PSD à questão do IMI depende do conhecimento de dados mais concretos, porque se a proposta do senhor presidente apontar para a redução de uma ou duas décimas percentuais, poderá prescindir da redução para as famílias, porque faz mais sentido uma redução geral.

Reiterou que as coisas, mesmo que sejam poucas, todas juntas podem fazer a diferença, e quer-lhe parecer que o senhor presidente não é tão de acordo com a medida da redução para as famílias, por ela ter sido tomada pelo Governo que foi.

O SENHOR PRESIDENTE afirmou que a sua convicção ideológica não é um instrumento político para, em representação da Câmara Municipal, utilizar contra este

ou aquele Governo, antes pelo contrário, e recordou que publicamente já teve oportunidade de valorizar algum do trabalho que foi feito.

O SENHOR VEREADOR RICARDO ALEXANDRE FRADE DE OLIVEIRA pediu ao senhor presidente a cordialidade de transmitir às outras forças políticas o sinal da Autoridade Tributária logo que disponha do mesmo.

O SENHOR PRESIDENTE transmitiu que houve outras câmaras municipais que também pediram dados à Autoridade Tributária, tendo-lhes sido transmitido que face às muitas solicitações, seria difícil disponibilizar os dados. Ainda assim, solicitou que informalmente lhe fosse facultada a informação possível.

O CHEFE DA DIVISÃO MUNICIPAL DE GESTÃO FINANCEIRA, DR. HERMÍNIO NUNES DA FONSECA, pedindo o uso da palavra, clarificou que na área do Município, 75% dos agregados familiares vivem em casa própria, sendo que dessa percentagem, apenas 25% poderiam beneficiar da redução do IMI para as famílias, enquanto com a redução do IMI, todos beneficiam.

O SENHOR VEREADOR RICARDO ALEXANDRE FRADE DE OLIVEIRA disse pensar ser expetativa de todos que o País possa entrar num clima de estabilidade e de prosperidade, ainda que haja algumas forças políticas que queiram pôr isso em causa. Recordou que uma das questões que o PSD tinha discutido o ano passado prendia-se com o grupo de trabalho que supostamente seria criado para estudar a estratégia do turismo no Município, e disse desconhecer se efetivamente existe algum grupo a trabalhar nessa estratégia, ainda que esteja cabimentada em Orçamento a verba de trinta e cinco mil euros para estudos e pareceres relativamente a essa matéria. Embora o senhor presidente tenha referido o Festival do Arroz da Lezíria Ribatejana e os vídeos promocionais, não lhe parece que tais realizações façam diretamente parte da estratégia do Município, porque de acordo com as palavras do senhor presidente, os vídeos promocionais prendem-se mais com a necessidade duma empresa que quer fazer um trabalho e veio ter com a Câmara Municipal nesse sentido.

O SENHOR PRESIDENTE pediu desculpa por interromper a intervenção do senhor vereador Ricardo de Oliveira e solicitou-lhe que não jogue com as palavras. Clarificou que a Câmara Municipal apalavrou aquela intervenção com uma empresa que está, desde há quinze meses, a fazer filmagens no estuário do Tejo, na área do Município, valorizando a riqueza da fauna e da flora daquela zona. Entretanto, uma outra empresa sedeadada no concelho veio ter com a Câmara Municipal dando conta que possui equipamento e já fez algum trabalho, e manifestando o seu agrado em fazer com o Município aquele tipo de intervenção por um preço mais em conta, manifestando grande interesse na realização deste trabalho.

O SENHOR VEREADOR RICARDO ALEXANDRE FRADE DE OLIVEIRA disse que não está a jogar com as palavras e admitiu a possibilidade de não ter percebido.

O SENHOR PRESIDENTE observou que as ideias que têm vindo a ser estruturadas no âmbito do turismo foram imediatamente aceites pela Entidade Regional de Turismo, tendo sido acordado que a Câmara Municipal não vai avançar sem estarem reunidas as devidas condições. Acrescentou que está agendada para novembro a reunião para dar início àquele trabalho.

O SENHOR VEREADOR RICARDO ALEXANDRE FRADE DE OLIVEIRA deu nota que o PSD tinha outras questões, mas elas foram respondidas à medida que o senhor presidente foi explicando os documentos de trabalho.

Disse que um Orçamento é feito de números e, nesses termos, o documento está muito bem e as contas batem certo, e os critérios de previsão da Receita e da Despesa preparados pelo Dr. Hermínio da Fonseca esclarecem algumas dúvidas.

Tendo percebido o que a Câmara Municipal pretende com o Festival do Arroz da Lezíria Ribatejana, questionou onde o mesmo vai decorrer e em que altura.

O SENHOR PRESIDENTE transmitiu que a acontecer, o Festival do Arroz da Lezíria Ribatejana terá que contar com a presença dos orizicultores, pessoas que têm parte ativa na produção do arroz e, como tal, apenas têm disponibilidade em junho ou julho. No que se refere à localização do evento, este tem que decorrer num espaço que, pelas suas valências, possa dar resposta às exposições e à vertente cultural e gastronómica, sendo que, numa primeira fase, irá ter lugar em Samora Correia.

O SENHOR VEREADOR RICARDO ALEXANDRE FRADE DE OLIVEIRA questionou se o festival será anual.

O SENHOR PRESIDENTE referiu que se trata dum evento que tem custos e essa questão será avaliada com todas as entidades envolvidas.

Não havendo mais nada a tratar, o senhor presidente declarou encerrada a reunião às doze horas e quinze minutos.

Para constar se lavrou a presente ata, que depois de aprovada, vai ser assinada.

E eu,

Hermínio Nunes da Fonseca, chefe da Divisão Municipal de Gestão Financeira, a subscrevi e assino.